

Portaria PG nº 18, de 05 julho de 2022

Institui a Comissão Permanente de Proteção de
Dados – CPPD no âmbito do Ministério Público
de Contas do Estado de Minas Gerais.

O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 32 da Lei Complementar estadual nº 102/2008;

CONSIDERANDO o disposto na Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO a necessidade de instituição de diretrizes e ações com vistas ao aperfeiçoamento de proteção da privacidade e de dados pessoais no âmbito deste Ministério Público de Contas;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, a Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo vinculado à Procuradoria-Geral.

Art. 2º A CPPD será composta pelos seguintes servidores:

- I** Procuradora Maria Cecília Mendes Borges, que a presidirá;
- II** Celso de Lima Freire, TC-2901-4 (Gabinete Procurador Glaydson Massaria);
- III** Lilian Haas, TC-2952-9 (Gabinete Procuradora Sara Meinberg);
- IV** Lorena Corrêa Cruz, TC-2294-0 (Gabinete Procurador Daniel Guimarães);
- V** Rafael Santos Arrieiro, TC-3057-8 (Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges);
- VI** Samuel Lara Carvalho, TC-2956-1 (Gabinete Procuradora Cristina Melo);
- VII** Tatiana Alves Nunes G. Pereira, TC-2988-0 (Gabinete Procuradora Elke Moura); e
- VIII** Túlio César Pereira Machado Martins, TC-2862-0 (Gabinete Procurador Marcílio Barenco).

Art. 3º Compete à CPPD:

- I** avaliar os mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e propor ações para a conformidade das atividades do MPC-MG com as disposições da Lei federal nº 13.709/2018;
- II** formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e propor sua regulamentação;
- III** supervisionar a execução das ações aprovadas para viabilizar o atendimento da Lei federal nº 13.709/2018;
- IV** prestar orientações aos servidores da Instituição a respeito das práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais;

V promover o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos, especialmente com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

VI receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências pertinentes, condicionadas à prévia autorização do Procurador-Geral; e

VII receber reclamações e comunicações dos titulares de dados pessoais, prestando os esclarecimentos devidos.

Parágrafo único. O relacionamento da CPPD com os titulares de dados pessoais poderá ocorrer por intermédio do Fale Conosco, garantindo-se aos interessados o exercício de seus direitos de forma facilitada e gratuita.

Art. 4º A CPPD reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que houver convocação pelo seu Presidente ou pelo Procurador-Geral, ou ainda a pedido de qualquer um dos integrantes.

§ 1º Em razão da matéria pautada, por deliberação da CPPD ou por decisão de sua Presidente, poderão ser convidados a participar de reuniões membros e servidores do MPC-MG ou de outros órgãos públicos, bem como representantes de entidades privadas.

§ 2º Qualquer integrante da CPPD poderá solicitar a inclusão de matéria em pauta, devendo o pedido ser encaminhado ao Presidente da Comissão até 2 (dois) dias úteis anteriores à reunião.

Art. 5º As deliberações da Comissão serão motivadas e tomadas por maioria, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Havendo empate, a matéria deverá ser adiada até a reunião seguinte, salvo em caso de urgência, situação em que caberá ao Procurador-Geral decidir.

§ 2º Na hipótese de deliberação não unânime, deverão ser registrados os votos divergentes, acompanhados das respectivas motivações.

Art. 6º A implementação e divulgação das deliberações da CPPD dependem da prévia aprovação do Procurador-Geral.

Art. 7º As atividades realizadas na presente comissão se darão em cumulação de funções, caracterizada por trabalho extraordinário, para todos os efeitos legais, em especial, o art. 119, inciso XXII, da Lei Complementar estadual nº 34/1994 c/c art. 30 da Lei Complementar estadual nº 102/2008.

Art. 8º Fica revogada a Portaria PG nº 22, de 13 de novembro de 2020.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2022.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)